

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas.
A Administração do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco registrou Lucro Líquido de R\$ 532.499 mil, correspondente a R\$ 0,89 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 17,19%.
O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do *Conglomerado Prudencial Bank of America* ("Conglomerado"). Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 19,37%.
Em conformidade à Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados

na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 199.958 mil em 31 de dezembro de 2021.
O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>.
São Paulo, 28 de março de 2022.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(em milhares de Reais)

	2021	2020		2021	2020
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	26.859.056	24.057.200	Circulante	13.832.382	11.080.729
Disponibilidades (Nota 4)	146.820	100.236	Depósitos e outros passivos financeiros	13.050.900	10.357.424
Instrumentos financeiros	26.508.371	23.784.260	Depósitos (Nota 15)	3.864.020	3.832.127
Reservas junto ao Banco Central do Brasil	366.652	132.554	Captações (Nota 16)	3.197.006	2.058.902
Aplicação em operações compromissadas (Nota 5)	14.502.896	14.520.155	Derivativos (Nota 9)	3.042.139	2.756.725
Mantidos para negociação (Nota 6)	6.311.524	4.049.026	Carteira de câmbio (Nota 11)	1.649.999	835.460
Disponíveis para venda (Nota 7)	27.280	17.211	Outros passivos financeiros (Nota 12)	1.297.736	874.210
Mantidos até o vencimento (Nota 8)	199.958	1.049	Obrigações fiscais correntes (Nota 18)	464.102	490.410
Derivativos (Nota 9)	2.145.772	2.584.155	Outros passivos (Nota 19)	317.380	232.895
Operações de crédito (Nota 10)	269.414	661.153	Não circulante	12.883.619	13.652.997
Carteira de câmbio (Nota 11)	1.646.121	837.716	Depósitos e outros passivos financeiros	12.508.337	13.246.853
Outros ativos financeiros (Nota 12)	1.038.754	981.241	Depósitos (Nota 15)	8.254.540	7.235.035
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 10)	(501)	(813)	Derivativos (Nota 9)	4.253.797	6.011.818
Ativos fiscais correntes (Nota 18)	105.714	112.430	Provisões (Nota 17)	179.782	174.064
Outros ativos (Nota 13)	98.652	61.087	Obrigações fiscais diferidas (Nota 18)	170.527	206.297
Não circulante	3.210.745	3.523.912	Outros passivos (Nota 19)	24.973	25.783
Realizável a longo prazo	3.175.210	3.478.295	Total passivo	26.716.001	24.733.726
Instrumentos financeiros	2.541.485	2.706.389	Patrimônio líquido		
Disponíveis para venda (Nota 7)	503.444	-	Capital social	2.037.555	1.953.813
Derivativos (Nota 9)	1.442.720	2.305.558	Reservas de lucros	1.315.822	893.411
Operações de crédito (Nota 10)	514.787	400.831	Outros resultados abrangentes	423	162
Outros ativos financeiros (Nota 12)	80.534	-	Total patrimônio líquido (Nota 20)	3.353.800	2.847.386
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 10)	(170)	(14)			
Ativos fiscais diferidos (Nota 18)	436.707	557.108			
Outros ativos (Nota 13)	197.188	214.812			
Imobilizado	35.535	45.617			
Imobilizado de uso (Nota 14)	154.974	170.306			
(-) Depreciação acumulada (Nota 14)	(119.439)	(124.689)			
Total ativo	30.069.801	27.581.112	Total passivo e patrimônio líquido	30.069.801	27.581.112

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Total
	Capital	Aumento de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Ativos disponíveis para venda	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.953.813	-	60.758	561.106	-	-	2.575.677
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	356.127	-	356.127
Reserva legal	-	-	17.806	-	(17.806)	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,11 por ação) (Nota 20)	-	-	-	-	(68.200)	-	(68.200)
Dividendos (R\$ 0,03 por ação) (Nota 20)	-	-	-	-	(16.380)	-	(16.380)
Reservas estatutárias	-	-	-	253.741	(253.741)	-	-
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	-	-	-	-	-	162	162
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.953.813	-	78.564	814.847	-	162	2.847.386
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	532.499	-	532.499
Reserva legal	-	-	26.625	-	(26.625)	-	-
Aumento de capital e reserva estatutária (Nota 20)	-	83.742	-	16.380	-	-	100.122
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,19 por ação) (Nota 20)	-	-	-	-	(111.632)	-	(111.632)
Dividendos (R\$ 0,02 por ação) (Nota 20)	-	-	-	-	(14.836)	-	(14.836)
Reservas estatutárias	-	-	-	379.406	(379.406)	-	-
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	-	-	-	-	-	(836)	(836)
Benefícios a empregados (Nota 19)	-	-	-	-	-	1.097	1.097
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.953.813	83.742	105.189	1.210.633	208.153	280	3.353.800
Lucro líquido do período	-	-	-	-	324.346	-	324.346
Reserva legal	-	-	26.625	-	(26.625)	-	-
Aumento de capital e reserva estatutária (Nota 20)	-	83.742	-	-	-	-	83.742
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,19 por ação) (Nota 20)	-	-	-	-	(111.632)	-	(111.632)
Dividendos (R\$ 0,02 por ação) (Nota 20)	-	-	-	-	(14.836)	-	(14.836)
Reservas estatutárias	-	-	-	379.406	(379.406)	-	-
Marcação a mercado de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 7)	-	-	-	-	-	(954)	(954)
Benefícios a empregados (Nota 19)	-	-	-	-	-	1.097	1.097
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.953.813	83.742	105.189	1.210.633	208.153	280	3.353.800

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(em milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco") está constituído sob a forma de banco múltiplo e de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento, câmbio, crédito, derivativos e renda fixa.
O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlado diretamente pela BoiAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América. O Banco está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para divulgação pelo Comitê de Auditoria em 25 de março de 2022 e pela Diretoria em 28 de março de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas, principalmente, na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/20 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro de 2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no exercício. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. O Banco também está apresentando as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

Principais normativos emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros:

- Resolução CMN 4.818/20: estabelece os critérios para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A partir do exercício social de 2022, as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou líderes de conglomerado prudencial enquadradas no Segmento 1 (s1), no Segmento 2 (s2), ou no Segmento 3 (s3) passarão a adotar obrigatoriamente o consolidado IFRS, ficando facultada a remessa das demonstrações do consolidado prudencial do Banco (conglomerado prudencial). Adicionalmente, o normativo requer a divulgação em notas explicativas sobre as eventuais diferenças existentes entre os critérios e procedimentos para classificação, reconhecimento e mensuração aplicados nas demonstrações consolidadas em IFRS e os aplicados nas demonstrações individuais (plano Cosif);
- Resolução CMN 4.910/21: dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e estabelece os requisitos para a constituição, extinção e adaptação do Comitê de Auditoria e passa a vigorar a partir de exercício social de 2022;
- Resolução CMN 4.924/21: estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciamento contábeis, com vigência a partir do exercício social de 2022. Entre seus principais impactos, se destacam: (i) adição dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente; e (ii) facultade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo Bacen;

- Resolução CMN 4.943/21: altera a Resolução CMN 4.557/17 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamentos de riscos e capital e a política de divulgação de informações para integrar os riscos social, ambiental e climático na estrutura de gerenciamento de riscos das instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e abranger mecanismos de identificação e monitoramento destes riscos em decorrência de seus produtos, serviços e atividades ou processos que sejam desempenhados pela própria instituição, contrapartes, entidades controladas e fornecedores ou prestadores de serviços e passa a vigorar a partir do segundo semestre de 2022;
- Resolução CMN 4.966/21: dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen. Adicionalmente é requerido às instituições a elaboração de um plano de implementação dos novos requerimentos desta resolução e, um resumo deste plano deve ser divulgado nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- Resolução CMN 4.975/21: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A adoção deste normativo é requerida a partir do exercício social de 2025. O Banco está avaliando os impactos dos novos normativos acima.

2.1. Conversão em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera e moeda funcional do Banco.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, bem como aplicações em operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.3. Ativos financeiros

O Banco reconhece ativos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento.
De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. O Banco classifica seus ativos financeiros como: mantidos até o vencimento, disponíveis para a venda ou mantidos para negociação. Os ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento somente se houver a intenção e capacidade financeira do Banco para sua manutenção em carteira até o vencimento.
O Banco inicialmente mensura e reconhece os ativos financeiros pelo valor justo. No caso de ativos financeiros não classificados como mantidos até o vencimento, são acrescidos e/ou deduzidos os custos de aquisição diretamente atribuíveis ao ativo financeiro. Para os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda, estes custos são reconhecidos como despesa no momento em que ocorrem.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros registrados como mantidos para negociação, no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os ativos financeiros registrados como disponíveis para a venda no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são atualizados até a data de vencimento ao custo amortizado.
Os outros ativos financeiros são substancialmente compostos por recebíveis oriundos da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.
De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Bacen, os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição segundo a intenção da Administração para fins ou não de proteção ("hedge").
As operações com instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) foram contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
As posições desses instrumentos têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(em milhares de Reais)

	2º semestre	2021	2020
Receitas de intermediação financeira	577.111	785.647	434.128
Despesas de intermediação financeira	(547.655)	(692.099)	(731.814)
Provisões para perdas líquidas de recuperação	(224)	11	(1.247)
Ganhos líquidos com instrumentos financeiros	313.932	529.687	310.153
Ganhos com contratos de câmbio	245.912	324.952	497.432
Resultado da intermediação financeira (Nota 21)	589.524	948.198	508.652
Receita de tarifas e comissões	522.916	1.048.901	912.622
Receitas operacionais	1.112.440	1.997.099	1.421.274
Despesas de pessoal	(330.008)	(615.298)	(470.784)
Remuneração da Diretoria	(41.113)	(72.913)	(53.006)
Despesas de tarifas e comissões	(24.074)	(46.111)	(39.806)
Outras despesas administrativas	(110.192)	(196.047)	(172.320)
Depreciação	(9.661)	(20.395)	(22.762)
Outras receitas (despesas) operacionais	(56.138)	(124.240)	(91.746)
Lucro líquido antes da tributação	541.254	922.095	570.850
Imposto sobre a renda	(216.908)	(389.596)	(214.723)
Lucro líquido do período/exercício	324.346	532.499	356.127
Lucro por ação em reais	0,54	0,89	0,60
Quantidade de ações	598.330.140	598.330.140	598.330.140

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(em milhares de Reais)

	2º semestre	2021	2020
Fluxos de caixa provenientes (utilizados) das (nas) atividades operacionais:	2.396.586	39.703	7.414.361
Lucro líquido ajustado do período/exercício	339.401	636.853	221.693
Lucro líquido do período/exercício	324.346	532.499	356.127
Ajustes ao lucro líquido:			
Depreciação	9.661	20.395	22.762
Baixa de imobilizado	24	65	9.502
Provisão/(Reversão) para perdas líquidas de recuperação	(197)	40	1.282
Provisões atuariais	(1.959)	1.186	10.153
Provisão de contingências e obrigações legais	1.955	2.717	(1.071)
Atualização depósitos judiciais	(3.066)	(4.466)	(3.891)
Ativos fiscais diferidos	73.397	120.401	(237.295)
Obrigações fiscais diferidas	(64.760)	(35.984)	64.124
Varição de ativos e passivos	2.057.185	(597.150)	7.192.668
(Aumento) Reservas junto ao Banco Central do Brasil	(200.072)	(234.098)	(33.171)
(Aumento)/Redução ativos financeiros mantidos para negociação	882.001	(2.262.498)	(1.042.366)
(Aumento)/Redução ativos financeiros disponíveis para venda	(511.992)	(511.992)	4.957
(Aumento)/Redução ativos financeiros mantidos até o vencimento	24	(198.909)	4.038.507
(Aumento)/Redução ativos financeiros derivativos	3.620.108	1.301.221	(2.686.010)
(Aumento) operações de crédito	330.351	277.783	(475.851)
(Aumento) carteira de câmbio	(735)	6.134	98.240
(Aumento) outros ativos financeiros	69.139	(138.047)	(262.013)
(Aumento)/Redução outros ativos	(45.104)	(8.799)	(9.728)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(74.753)	(371.130)	(240.583)
(Aumento)/Redução depósitos	(949.982)	1.051.398	2.653.921
(Aumento)/Redução depósitos	671.174	1.138.10	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(em milhares de Reais)

menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.
Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos no resultado.
A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso.
O Banco avalia, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente.

2.7. Demonstração dos fluxos de caixa
A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto.
2.8. Impostos correntes e diferidos
A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício, e contribuição social de 20% a 25% conforme abaixo. Em 14 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.183 e que de acordo com o Artigo 1º, inciso II-A, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável aos Bancos de 20% para 25%, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021. A expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na Nota 18, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 31 de dezembro de 2021 o Banco manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado com a alíquota de 20% sobre os ajustes temporários. As despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

2.9. Benefícios a empregados
Trata-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que o Banco contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:
a) Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, previdência privada, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período.
b) Benefícios pós-emprego: aposentadoria e outros benefícios como assistência saúde pós-emprego.

O Banco avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós-emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.
O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

O valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras é calculado anualmente por atuários independentes, os quais determinam a taxa de desconto apropriada para a mensuração destas obrigações. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banco considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 19.

2.10. Transações envolvendo pagamento baseado em ações
Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").
O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgadas pela NYSE e convertidos para Reais. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.
O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

2.11. Provisões, ativos e passivos contingentes
Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Administração efetuou a distinção entre: **Provisões:** saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e de natureza certa, embora valor e/ou época incertos.
Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco. Incluem as obrigações presentes do Banco, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Banco. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos. As Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessário) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas. O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida na demonstração do resultado.

2.12. Reconhecimento de receitas e despesas
Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:
Resultado da intermediação financeira: As receitas de despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.
Receitas e despesas de tarifas e comissões: As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.
Receitas e despesas não financeiras: São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

2.13. Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

2.14. Ativos e passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. A Resolução nº 4.803 de 9 de abril de 2020 que entrou em vigor a partir de sua data de publicação e permite que operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020 sejam reclassificadas para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, exceto para operações que em 29 de fevereiro de 2020 apresentavam atraso igual ou superior a quinze dias no pagamento de parcela de principal ou encargos e operações que apresentem evidências de que não serão honradas nas novas condições.

2.15. Lucro por ação
O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício, quando aplicável. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

2.16. Resultado recorrente e não recorrente
Considera-se resultado não recorrente, o resultado que: i) não esteja relacionado ao esta relação incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado do Banco segregado como recorrente foi R\$ 532.499 (R\$ 356.127 em 2020) e não houve resultado não recorrente durante os exercícios de 2021 e de 2020.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos ativos e passivos estão conforme descritas a seguir:

3.1. Valorização dos instrumentos financeiros
O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.
Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado, como segue:

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps "vanilla" e operações a termo); os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc).
- Modelo *Black-Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e *swaps* exóticos); determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado são utilizadas como "inputs" no modelo *Black-Scholes* com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo.

3.2. Impostos diferidos

Conforme apresentado na Nota 18, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.
Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto da seguinte maneira:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades em moedas estrangeiras	146.768	99.636
Correspondentes	52	600
Disponibilidades	146.820	100.236
Aplicações em operações compromissadas (Nota 5)	14.502.896	14.520.155
Total	14.649.716	14.620.391
Moeda		
Real	14.502.948	14.520.755
Dólar Norte-Americano	45.018	7.071
Libras Esterlinas	39.457	25.044
Euro	28.132	30.952
Peso Mexicano	7.073	10.025
Iene	2.438	8.772
Dólar Canadense	5.486	6.853
Franco Suíço	5.866	2.993
Dólar de Cingapura	1.231	2.902
Coroa Sueca	1.576	2.368
Coroa Norueguesa	5.836	1.412
Dólar Australiano	3.120	148
Iuan Renmimbi	806	474
Dólar Neozelandês	390	351
Rand	262	252
Coroa Dinamarquesa	77	19
Total	14.649.716	14.620.391

5. APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

A composição das aplicações em operações compromissadas é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Posição bancada		
Letras do tesouro nacional - LTN	102.922	3.904.563
Letras financeiras do tesouro - LFT	7.504.981	7.133.825
Notas do tesouro nacional - NTN	3.699.999	1.425.267
Posição financiada		
Letras financeiras do tesouro - LFT	3.194.994	1.912.881
Letras do tesouro nacional - LTN	-	143.619
Total	14.502.896	14.520.155

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as operações compromissadas possuem vencimento de até 3 meses.

6. ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os ativos financeiros mantidos para negociação estão compostos da seguinte maneira:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Livres				
Letras do tesouro nacional - LTN	1.275.087	1.270.570	389.894	390.484
Notas do tesouro nacional - NTN	699.294	694.661	761.679	762.318
Vinculados a recompras				
Letras do tesouro nacional - LTN	2.020	2.020	2.436	2.437
Dados em garantias				
Letras do tesouro nacional - LTN	1.305.534	1.288.434	1.857.997	1.867.068
Notas do tesouro nacional - NTN	3.069.265	3.055.839	1.020.738	1.026.719
Total	6.351.200	6.311.524	4.032.744	4.049.026

A Nota 31 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros do Banco.

7. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para a venda estão compostos da seguinte maneira:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos privados				
Fundo de Investimento	16.916	18.014	16.916	17.211
Liquidez da Câmara	401.899	399.860	-	-
BM&FBOVESPA - FILCB	113.135	112.850	-	-
Debêntures	-	-	-	-
Notas promissórias	-	-	-	-
Total	531.950	530.724	16.916	17.211

A Nota 31 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros do Banco.

8. ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão compostos da seguinte maneira:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Valor de mercado	Valor contábil	Custo	Valor de mercado	Valor contábil
Títulos públicos						
Letras do tesouro nacional	199.958	199.930	199.958	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	1.049	1,049	1,049
Total	199.958	199.930	199.958	1,049	1,049	1,049

A Nota 31 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros do Banco.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os detalhes, por tipo de risco inerente, dos instrumentos financeiros derivativos são indicados a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de moeda estrangeira	2.379.150	(5.304.969)	1.229.191	(6.708.333)
Risco de taxa de juros e outros	1.247.374	(1.990.967)	3.686.258	(2.060.210)
CVALVA	(38.032)	-	(25.736)	-
Total	3.588.492	(7.295.936)	4.899.713	(8.768.543)

A Nota 31 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros do Banco.

Adicionalmente, a Nota 30 contém detalhes sobre a exposição do Banco ao risco de crédito, incluindo os procedimentos utilizados pela Administração para o seu gerenciamento.

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A seguir, os detalhes, por tipo de operação de crédito, setor econômico do devedor e tipo de taxa de juros da operação, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não recuperação:

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito		
Empréstimos	784.201	1.061.984
Outros créditos		
Títulos descontados	(Nota 12)	7.000
Total	814.791	1.068.984
Setor privado		
Indústria	575.385	784.197
Comércio	133.938	100.011
Outros serviços	105.468	168.698
Rural	-	13.076
Intermediários financeiros	-	3.002
Total	814.791	1.068.984

	31/12/2021	31/12/2020
Tipo de taxa de juros		
Pós-fixados	784.201	1.061.984
Pré-fixados	30.590	7.000
Total	814.791	1.068.984

A Nota 31 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros do Banco.

Adicionalmente, a Nota 30 contém detalhes sobre a exposição do Banco ao risco de crédito, incluindo os procedimentos utilizados pela Administração para o seu gerenciamento.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam operações efetuadas com clientes em atraso.

As operações de crédito são, substancialmente, classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e as alterações posteriores do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis: de AA (risco mínimo) até H (risco máximo).

As operações de crédito são pós-fixadas e registradas pelo valor principal acrescido dos rendimentos auferidos, calculados "pro rata" dia até 60 dias de atraso, após este período são reconhecidos quando do recebimento de caixa.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão demonstradas conforme o quadro abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Operações de crédito	Provisão para perdas esperadas	Operações de crédito	Provisão para perdas esperadas
Nível de risco				
AA	710.598	-	965.666	-
A	74.218	(371)	61.245	(206)
B	29.975	(300)	62.073	(621)
Total	814.791	(671)	1.068.984	(827)

A seguir estão demonstradas as movimentações das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial		
Constituição	(827)	(155)
Reversão	(1.214)	(2.200)
Saldo final	(671)	(1.528)
Constituição de provisão sobre empréstimos no exercício	(1.214)	(2.200)
Reversão de provisão sobre empréstimos no exercício	1.370	1.528
Constituição de provisão sobre fianças no exercício	(1.638)	(657)
Reversão de provisão sobre fianças no exercício	1.442	47
Recuperação de outros créditos baixados para prejuízo	51	35
(Constituição)/Reversão de provisão líquida das recuperações	11	(1.247)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não houve créditos baixados para prejuízo.

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de câmbio - ativo		
Câmbio comprado a liquidar	825.342	443.142
Direitos sobre vendas de câmbio	820.779	394.574
Total carteira de câmbio - ativo	1.646.121	837.716
Carteira de câmbio - passivo		
Câmbio vendido a liquidar	(814.474)	(394.633)
Obrigações por compras de câmbio	(835.525)	(440.827)
Total carteira de câmbio - passivo	(1.649.999)	(835.460)

12. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
Negociação e intermediação de valores	796.480	576.425
Aplicações em depósitos interfinanceiros	225.079	360.625
Rendas a receber por prestação de serviços (a)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(em milhares de Reais)

A variação do saldo de provisões para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	174.064	177.746
Movimentações	5.718	(3.682)
Saldo final	179.782	174.064

O Banco, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências a que segue:

(i) **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O Banco é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

As obrigações legais fiscais estão registradas nas provisões e são compostas, principalmente, pela seguinte discussão: (i) alargamento da base de PIS/Cofins nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representar obrigação legal, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(ii) **Passivos contingentes trabalhistas:** Baseado nos prognósticos de consultores jurídicos, o Banco possui provisão de R\$ 54.425 (R\$ 51.353 em 2020) relacionados a passivos contingentes de natureza trabalhista.

(iii) **Passivos contingentes cíveis:** Baseado nos prognósticos de consultores jurídicos, o Banco possui provisão de R\$ 153 (R\$ 0 em 2020) relacionados a passivos contingentes de natureza cível.

(iv) **Passivos contingentes possíveis:** O Banco possui litígios cujos riscos de perda são classificados pela Administração com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios no valor de R\$ 503.469 (R\$ 419.130 em 2020), que envolvem as seguintes discussões:

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuições previdenciárias sobre PLR	258.644	265.725
Dedutibilidade na renegociação de créditos	82.331	80.642
Dedução de tributos com exigibilidade suspensa relativa a gratificações	56.307	50.900
IR, CS, PIS e Cofins s/ ganhos na desmutualização da Bovespa e BMF	7.289	7.157
Outras	2.620	2.302
Total de causas fiscais possíveis	407.191	406.726
Passivos trabalhistas	95.895	10.519
Total de causas trabalhistas possíveis	95.895	10.519
Passivos cíveis	383	1.885
Total de causas cíveis possíveis	383	1.885
Total de perdas possíveis	503.469	419.130

18. ATIVOS PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

18.1. Ativos e obrigações fiscais correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	105.714	112.430
Total	105.714	112.430
Passivo		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(305.179)	(381.891)
Impostos e contribuições a recolher	(158.923)	(108.519)
Total	(464.102)	(490.410)

18.2. Ativos e obrigações fiscais diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Diferenças temporárias		
Marcação a mercado - TVM e derivativos	218.850	384.644
Provisão para participação nos lucros	143.343	99.683
Contingências	54.984	53.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.394	7.399
Outros	12.136	11.602
Total de créditos tributários - ativo	436.707	557.108
Obrigações fiscais diferidas - passivo	(170.527)	(206.297)

18.3. Resultado de Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	922.095	922.095	570.850	570.850
Juros sobre capital próprio	(111.632)	(111.632)	(68.200)	(68.200)
Ajustes temporários (1)	(232.837)	(181.281)	347.219	347.219
Incentivos fiscais	5.554	5.554	7.693	7.693
Outros ajustes permanentes	90.517	-	40.193	-
Resultado antes do IRPJ e CSLL	673.697	634.735	897.755	857.562
Aliquotas	25%	20% e 25%	25%	15% e 20%
IRPJ e CSLL	(168.400)	(142.333)	(224.415)	(166.751)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(3.750)	(2.253)
Incentivos fiscais	5.554	-	9.275	-
Passivo fiscal diferido	19.991	15.993	(36.112)	(28.012)
Ativo fiscal diferido	(68.152)	(52.249)	126.309	110.986
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(211.007)	(178.589)	(128.693)	(86.030)

(1) Substancialmente compostos por ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros e provisões de passivos contingentes.

18.4. Movimentação do crédito tributário

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ			
	Dezembro/20	Realização	Constituição	Dezembro/21
Contingências fiscais	30.741	-	668	31.409
PCLD	4.110	(583)	581	4.108
Provisão PLR	50.913	(67.308)	90.301	73.906
Outras provisões	6.446	(49.397)	49.693	6.742
MTM	213.691	(472.222)	380.115	121.584
Total	305.901	(589.510)	521.358	237.749
	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ			
	Dezembro/19	Realização	Constituição	Dezembro/20
Contingências fiscais	31.813	(1.642)	507	30.678
PCLD	50.560	(66.242)	77.214	61.532
MTM	97.219	(253.159)	369.631	213.691
Total	179.592	(321.043)	447.352	305.901
	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL			
	Dezembro/20	Realização	Constituição	Dezembro/21
Contingências fiscais	23.040	-	535	23.575
PCLD	3.288	(467)	465	3.286
Provisão PLR	48.769	(53.847)	74.514	69.436
Outras provisões	5.157	(39.518)	39.755	5.394
MTM	170.953	(382.800)	309.114	97.267
Total	251.207	(476.632)	424.383	198.958
	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL			
	Dezembro/19	Realização	Constituição	Dezembro/20
Contingências fiscais	18.340	(1.567)	6.267	23.040
Outras provisões	30.336	(52.276)	79.154	57.214
MTM	91.545	(199.915)	279.323	170.953
Total	140.221	(253.758)	364.744	251.207

18.5. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2022	190.272	174.322
2023	26.522	22.261
2024	37.026	28.474
2025	4.167	2.935
2026	10.058	6.492
2027 em diante	168.662	99.741
Total	436.707	334.225

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

18.6. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas com base nos juros sobre depósitos judiciais e ajustes de marcação a mercado dos instrumentos financeiros e sua movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	Dezembro/20	Realização	Constituição	Dezembro/21
Juros sobre depósitos judiciais	39.997	(3.681)	1.933	38.249
MTM	166.300	(637.845)	602.925	131.380
Provisão atuarial	-	-	898	898
Total	206.297	(641.526)	605.756	170.527
	Dezembro/19	Realização	Constituição	Dezembro/20
Juros sobre depósitos judiciais	37.566	(3.959)	6.390	39.997
MTM	104.475	(665.509)	727.334	166.300
Total	142.041	(669.468)	733.724	206.297

19. OUTROS PASSIVOS

A composição dos outros passivos está detalhada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Programa de participação nos resultados	169.757	131.356
Programa de participação nos resultados baseados em ações (1)	97.653	56.224
Provisionamento de folha de pagamento	27.050	21.419
Passivos atuariais (2)	24.974	25.783
Dividendos a pagar	14.836	16.380
Outras diversas	8.083	7.516
Total outros passivos	342.353	258.678

(1) Planos de remuneração baseados em ações
O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.
Não há alternativas para pagamento em ações.
Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

(2) Benefícios pós-emprego: Os valores reconhecidos no resultado do exercício em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 1.186 (R\$ 10.153 em 2020) e em outros resultados abrangentes de R\$ (1.995) (R\$ 0 em 2020). Os valores seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós-emprego do Banco são avaliados como Benefícios Definidos:

- i. Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2021
- i. Critério para apuração dos ativos: Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pelo Banco conforme sua ocorrência.
- ii. Taxa para desconto da obrigação atuarial: 8,88% a.a. (5,30% a.a. real)
- iii. Taxa anual de inflação de longo prazo: 3,40% a.a.
- iv. Crescimento dos custos médicos: 7,79% a.a. (4,25% a.a. real)
- v. Crescimento dos custos médicos por envelhecimento: Por faixa etária, 0 a 24 anos = 1,25% a.a.; 25 a 54 anos = 2,75% a.a.; 55 a 79 anos = 4,75% a.a.; e a partir de 80 anos = 2,25% a.a.
- vi. Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados: 100%
- vii. Tábua de mortalidade geral: AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo. A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que o Banco mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.
- viii. Rotatividade: Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários do Banco elegíveis aos benefícios pós-emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

ix. Idade na data de aposentadoria: 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres.

x. Método atuarial: Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a riscos
As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem o Banco a uma série de riscos, sendo os principais expostos a seguir:

- Risco de inflação: Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial mais relevante.

- Expectativa de vida: Os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos.

III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	Passivo atuarial
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.783
Obrigação de benefício definido	(809)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.974

IV - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como em outros resultados abrangentes do Banco (antes de impostos) seria de:

	Efeito no passivo atuarial e em outros resultados abrangentes	Aumento do passivo	Reversão do passivo
Alteração da premissa			
- Redução de 0,5%	3.068		
- Acréscimo de 0,5%	(2.626)		

O impacto, pela alteração da premissa taxa de custos médicos em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como em outros resultados abrangentes do Banco (antes de impostos) seria de:

	Efeito no passivo atuarial e em outros resultados abrangentes	Aumento do passivo	Reversão do passivo
Alteração da premissa			
- Redução de 0,5%	(2.682)		
- Acréscimo de 0,5%	2.871		

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o capital social está representado por 598.330.140 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado. O saldo remanescente dos lucros então destinados, são alocados na conta de Reserva de Lucros - Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória do Banco, podendo tal conta ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização de distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de dezembro de 2020, foi aprovada a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre o lucro líquido de novembro de 2020, nos termos da Resolução CMN nº 4.820/20 e no montante de R\$ 68.200. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 30.311.

Após a apuração do resultado do exercício, da constituição da reserva legal e das destinações da remuneração do capital aos acionistas, foram provisionados R\$ 16.380 a fim de assegurar os dividendos anuais de 25% do lucro líquido.

Em Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, a Administração deliberou a alocação dos R\$ 16.380 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 2020 para a conta "reservas de lucros - estatutária", destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória do Banco e podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo a necessidade, para a realização da distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 17 de dezembro de 2021, foi aprovada a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre o exercício de 2021, nos termos da Resolução CMN nº 4.820/20 e no montante de R\$ 111.632. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 52.940.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 17 de dezembro de 2021, foi aprovado o aumento de capital do Banco no valor de R\$ 83.742 mediante a capitalização dos Juros sobre Capital Próprio do exercício de 2021, após a retenção dos impostos retidos na fonte, declarados aos acionistas naquela data. Este ato foi homologado junto ao Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2022.

Após a apuração do resultado do exercício, da constituição da reserva legal e das destinações da remuneração do capital aos acionistas, foram provisionados R\$ 14.836 a fim de assegurar os dividendos anuais de 25% do lucro líquido.

21. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		
Receitas com aplicações em operações compromissadas	723.804	392.883
Receitas com operações de crédito	56.412	28.738
Receitas com aplicações interfinanceiras	5.431	12.507
Despesas da intermediação financeira		
Despesas com empréstimos no exterior	(275.396)	(535.932)
Despesas com certificados de depósitos bancários	(254.371)	(108.277)
Despesas com aplicações em operações compromissadas	(119.222)	(60.274)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(28.361)	(15.234)
Despesas com FGC	(14.749)	(11.647)
Provisões para perdas líquidas de recuperações	11	(1.247)
Ganhos líquidos com instrumentos financeiros		
Resultado com derivativos	158.369	159.507
Resultado com títulos públicos	323.385	199.508
Resultado com títulos privados	47.933	(48.862)
Ganhos (perdas) com contratos de câmbio		
Resultado líquido com operações de câmbio	324.952	497.432
Total	948.198	508.652

22. RECEITA DE TARIFAS E COMISSÕES

A

...continuação



Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

CNPJ nº 62.073.200/0001-21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(em milhares de Reais)

	Valor justo	Técnica adotada	31/12/2021 Principais premissas
Posição ativa			
Ativos financeiros disponíveis para a venda	512.710	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Swap	2.202.914	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Opções	67.210	Modelo Black & Scholes	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Termo	1.356.400	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Subtotal	4.139.234		
CVA/LVA	(38.032)		
Total	4.101.202		
Posição passiva			
Swap	(5.766.731)	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Opções	(67.210)	Modelo Black & Scholes	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Termo	(1.461.995)	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Total	(7.295.936)		

ii) Saldos apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às partes relacionadas não controladoras

Tipo de operação	31/12/2021	31/12/2020
Receita com juros e similares	194	208
Despesa com juros e similares	(136.666)	(73.301)
Resultado com derivativos	(15.748)	4.115.658
Tarifas e comissões	663.717	528.265
Recuperação de despesas de pessoal	86.096	70.560
Despesas com prestação de serviços	(678)	(404)
Outras despesas operacionais	(8.895)	(7.831)

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado.

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O arcabouço de risco do Bank of America Corporation (BAC) define os princípios para o gerenciamento consistente e eficiente dos diversos riscos aos quais o BAC e suas subsidiárias estão sujeitos, incluindo-se as subsidiárias brasileiras do Conglomerado Prudencial Bank of America ("Conglomerado") que é composto pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A estrutura de governança aplica-se a todos os funcionários e colaboradores e estabelece papéis e responsabilidades para fins do gerenciamento de riscos para as distintas áreas da organização, divididas em três linhas de defesa: (i) negócios e respectivas áreas de controle; (ii) áreas independentes de risco e demais áreas de controle e (iii) auditoria interna. Esta estrutura atua no estabelecimento do modelo, apetite de risco e limites para as atividades do Conglomerado, através de uma estrutura de alçadas delegadas a comitês, e executivos, supervisionada pela Diretoria e comitês regionais.

O Conglomerado gerencia estes riscos segundo padrões globais, compostos por políticas, processos, sistemas, rotinas e procedimentos locais. Apesar da responsabilidade pelo gerenciamento de risco ser atribuída a todos os colaboradores, a área de riscos gerencia estes riscos através de análises tempestivas e independentes.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento dos diversos tipos de risco está integrado na Diretoria Executiva de Riscos, sob a responsabilidade do Chief Risk Officer ("CRO") e supervisão do Comitê de Gerenciamento de Riscos do Brasil (BMRC). O BMRC subordina-se à Diretoria e, entre outras responsabilidades, revisa e avalia a conformidade com os níveis de apetite de riscos, documentados na Declaração de Apetite de Riscos (RAS), bem como, estratégias para o gerenciamento desses riscos, considerados individualmente e de forma integrada.

As atribuições do comitê de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrillynch-brasil.com.br/>).

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

Risco de Crédito: Definido como a possibilidade de ocorrências de perdas associadas à inabilidade ou ao descumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e ao custo de recuperação. A exposição de risco de crédito refere-se ao montante em risco ou à máxima perda potencial à qual o Conglomerado está exposto à medida em que concede um novo crédito.

Seguindo um rigoroso e disciplinado processo de seleção de clientes, o risco de crédito é gerenciado com base no perfil de risco de cada tomador ou contraparte, incluindo a avaliação de fontes de repagamento, garantias subjacentes, e os impactos esperados relacionados ao ambiente econômico atual e projetado. Análise, monitoramento e limites de crédito são reavaliados proativamente para capturar eventuais mudanças no perfil de risco. O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para o gerenciamento e monitoramento do risco de crédito.

Risco Operacional: Definido como aquele decorrente de perdas resultante de eventos externos ou de sistemas, pessoas e processos internos inadequados ou deficientes, inerente a todas as atividades do Conglomerado. O Programa de Gerenciamento de Risco Operacional, em conformidade com os requisitos do Banco Central do Brasil, incorpora e documenta os processos para a identificação, mensuração, monitoramento, controle e reporte de informações de risco operacional e de conformidade aos comitês apropriados. Cada linha de negócios e respectivas áreas de controle tem a responsabilidade de implementar esses processos e cumprir com as políticas e os padrões aplicáveis de risco operacional.

Risco de Conformidade (Compliance): Definido como aquele decorrente de sanções legais ou regulatórias capazes de acarretar prejuízos financeiros relevantes ou danos à reputação do Conglomerado devido ao descumprimento dos requisitos de leis, regras, regulamentos aplicáveis, bem como, os padrões e códigos de conduta. A Política de Compliance segue as diretrizes globais bem como os requerimentos locais da Resolução CMN nº 4.595/17.

Risco de Mercado: Definido como aquele decorrente de mudança nas condições de mercado que possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos ou, de outra forma, afetar negativamente os resultados. O risco de mercado é composto por risco de preço e risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade, limites de Value at Risk ("VaR"), limites de estresse e outros tipos de limites sobre métricas de risco são estabelecidos para o gerenciamento das exposições de risco do mercado do Conglomerado. Também são estabelecidos limites para mensurar e monitorar o risco de taxa de juros na carteira bancária.

i) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade permite mensurar o impacto no valor de uma posição ou carteira decorrente de mudanças isoladas em fatores de mercado, mantendo-se constantes os demais fatores de risco de mercado. A área de Risco de Mercado Local analisa e reporta diariamente às demais áreas de negócios as medidas de sensibilidade de riscos em relação a taxas de juros, curvas de juros, volatilidades, exposição cambial, ações e mercadorias.

ii) VaR (Value-at-Risk)

O Conglomerado aplica globalmente a metodologia de VaR para mensurar potenciais perdas da carteira. O VaR é uma metodologia padrão utilizada para estimar a perda máxima esperada de uma carteira dado um nível de significância e dentro de um horizonte de tempo determinado. A área de Risco de Mercado Local

utiliza a medida de VaR como indicador do nível de risco de mercado, sendo que alterações observadas nesta medida devem estar correlacionadas com mudanças relativas de risco.

O modelo consiste em uma simulação histórica realizada em um período de observações de 3 anos atualizado periodicamente. O nível de confiança do modelo é de 99% e o horizonte de 1 dia, considerando-se a média das últimas 19 perdas mais relevantes neste período de três anos. Essa metodologia leva em consideração os efeitos de riscos extremos, chamado efeito de "risco de cauda" características das séries dos ativos financeiros.

A seguir, mostra-se o VaR do Conglomerado nas datas de final de período e os seus valores máximos, mínimos e médios ao longo do ano:

	VaR (*) 99% (1 dia em milhares de Reais)	
	31/12/2021	31/12/2020
Fim do período	9.536	5.083
Mínimo (*)	2.458	2.831
Máximo (*)	13.491	11.935
Médio (*)	6.204	5.294

(*) Média das 19 perdas mais relevantes de uma janela de observação de 3 anos.

A metodologia de VaR por simulação histórica não exige que haja hipótese prévia sobre a distribuição dos retornos e não é necessário estimar volatilidades ou correlações entre os ativos do portfólio, considerada uma vantagem em relação a outras metodologias de cálculo de VaR. Entretanto, com relação aos retornos históricos, deve-se considerar que eventos passados não representam, necessariamente, eventos futuros, ou seja, a série temporal pode conter eventos que não ocorrerão mais ou ainda, omitir eventos que ocorrerão no futuro. Além disso, por ponderar todas as amostras com o mesmo peso, o VaR pode ser distorcido por informações antigas e caso um valor extremo saia da janela de observação, o VaR poderá sofrer grande variação.

Risco de Liquidez: Definido como a possibilidade do Conglomerado (i) não ser capaz de honrar eficientemente as obrigações esperadas ou inesperadas, correntes ou futuras, incluindo aquelas decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e (ii) não conseguir negociar a preços de mercado uma posição, devido ao elevado volume em relação ao normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade entre oferta e demanda de determinado ativo no mercado. A Tesouraria Corporativa, em conjunto com as áreas de negócios, monitora a posição de liquidez diariamente e caso necessário toma ações corretivas para manter as métricas de liquidez de acordo com o apetite por risco e limites estabelecidos. Adicionalmente, o Conglomerado possui um plano de contingência de liquidez para situações na qual a métrica de estresse fique abaixo dos limites pré determinados.

Risco Reputacional: Definido como aquele proveniente da percepção negativa da conduta e práticas de negócios adotadas pelo Conglomerado que possam afetar negativamente a rentabilidade e as operações. O risco reputacional pode ser proveniente da percepção negativa por parte dos principais interessados (clientes, contrapartes, investidores, reguladores, agências de risco), escrutínio de partes externas (políticos, consumidores, organizações da mídia) e a contínua ameaça de processo judicial. Estes fatores podem impactar a rentabilidade e as operações, dificultando a capacidade de estabelecer novos relacionamentos ou manter os relacionamentos atuais com os principais interessados (investidores, reguladores, funcionários e a comunidade). O risco reputacional é gerenciado através de políticas e controles estabelecidos nos processos e negócios para mitigação tempestiva dos riscos de reputação e através de monitoramento e identificação proativa dos potenciais eventos. Os funcionários devem proteger a reputação do Conglomerado, agindo com ética e em conformidade com a legislação aplicável, conforme definido no Código de Conduta.

Risco Estratégico: Definido como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, foco equivocado e/ou ambíguo; execução de estratégia de negócios ineficiente ou resposta tempestiva às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios, como ações do concorrente, alteração das preferências dos clientes, obsolescência de produtos e desenvolvimento de novas tecnologias.

Outros Riscos Relevantes: Além dos sete riscos fundamentais acima listados, o Conglomerado também monitora:

Riscos sociais, ambientais e climáticos: O Conglomerado possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que inclui o risco climático e estabelece as diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de controle do risco sociais, ambientais e climáticos, em aderência às Resoluções CMN nº 4.327/14 e 4.945/21. Adicionalmente, as Políticas de Risco de Crédito estabelecem requerimentos específicos para o gerenciamento dos riscos socioambientais.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo: O risco reputacional e de sanções regulatórias relacionado aos crimes financeiros de lavagem de dinheiro, sanções econômicas e combate ao terrorismo é gerenciado por políticas e procedimentos globais, com endereçamento dos regulatórios locais e comprometimento de toda a organização.

Segurança da Informação e Cibernética: Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.893/21, foram implementadas políticas, processos e procedimentos para a governança, com a indicação de um Diretor Executivo e transparência nas informações ao regulador, estabelecimento de processos de contratação de prestadores de serviços de tecnologia relevantes, compartilhamento de inteligência com o setor, bem como relatórios anuais e eventuais em caso de incidentes materializados.

Gerenciamento de Capital: Consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gerenciamento de capital regulatório de acordo com as determinações do Conselho Monetário Nacional, Resolução nº 4.557/17. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível, no cenário normal e estressado, tendo em vista os objetivos estratégicos, riscos inerentes à operação do Conglomerado, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva.

As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas ao gerenciamento de riscos referentes ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrillynch-brasil.com.br/>).

	Valor justo	Técnica adotada	31/12/2020 Principais premissas
Posição ativa			
Swap	3.358.502	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Opções	222.653	Modelo Black & Scholes	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Termo	1.334.294	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Subtotal	4.915.449		
CVA/LVA	(25.736)		
Total	4.889.713		
Posição passiva			
Swap	(7.203.996)	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Opções	(222.653)	Modelo Black & Scholes	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Termo	(1.341.894)	Método do valor presente	Dados observáveis de mercado e liqüidez
Total	(8.768.543)		

27.3. Valor justo dos ativos e passivos mensurados ao custo amortizado

A seguir, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, registrados no Banco e seus respectivos valores justos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações em operações compromissadas	14.502.896	14.502.896	14.520.155	14.520.155
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	199.958	199.930	1.049	1.049
Operações de crédito	784.201	784.201	1.061.984	1.061.984
Carteira de câmbio	1.646.121	1.646.121	837.716	837.716
Outros ativos financeiros	1.119.288	1.119.288	981.241	981.241
Total	18.252.464	18.252.436	17.402.145	17.402.145

A seguir, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, registrados no Banco e seus respectivos valores justos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Depósitos	12.118.560	12.118.560	11.067.162	11.067.162
Captações	3.197.006	3.197.006	2.058.902	2.058.902
Carteira de câmbio	1.649.999	1.649.999	835.460	835.460
Outros passivos financeiros	1.297.736	1.297.736	874.210	874.210
Total	18.263.301	18.263.301	14.835.734	14.835.734

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i) Os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo amortizado e o seu valor justo foi mensurado com base nos valores de mercado disponíveis na data-base.

ii) As operações de crédito detalhadas na Nota 10, são operações pós-fixadas e seu valor contábil apresentado se aproxima substancialmente do seu valor justo.

iii) A carteira de câmbio (ativo/passivo) é composta por câmbios financeiros e interbancários. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

iv) Os outros ativos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em depósitos interfinanceiros, negociação e intermediação de valores e outros recebíveis de curto prazo. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

v) O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

vi) O valor justo das captações são compostas por operações compromissadas de curto prazo que serão liquidadas nos prazos usuais de mercado (*overnight*). O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

vii) Os outros passivos financeiros são substancialmente compostos por captações em moeda estrangeira, negociação e intermediação de valores e outras obrigações de curto prazo. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

28. COMPROMISSOS DE CRÉDITO

Os valores das cartas de fianças emitidas pelo Banco não são registrados no balanço patrimonial, entretanto, são controlados em contas de compensação (*off balance*) e estão demonstrados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Cartas de fiança	332.807	241.249

29. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco incluem, além de suas controladoras, subsidiárias-irmãs e coligadas, o pessoal-chave da Administração do Banco, familiares próximos do pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais esse pessoal-chave ou seus familiares próximos podem exercer influência ou controle significativo. Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades do Grupo Bank of America no Brasil, direta ou indiretamente.

29.1. Remuneração da Administração

Para fins de divulgação, entende-se por pessoal-chave da Administração, os diretores estatutários do Grupo Bank of America no Brasil, cuja remuneração paga está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Plano de benefícios de longo prazo	27.865	22.579
Participação nos lucros e gratificações	14.133	18.995
Salários e benefícios	17.093	16.436
Previdência privada	1.449	1.372
Total	60.540	59.382

No decorrer do exercício de 2021 foram pagos encargos sociais no montante de R\$ 20.202 (2020 - R\$ 19.771).

i. Plano de benefícios a longo prazo

A prática de concessão de incentivo a longo prazo tem por propósito promover o sucesso e aumentar o valor do Banco, ligando os interesses pessoais dos colaboradores-chave com os interesses dos acionistas. Destaca-se como objetivo primordial o reforço da motivação, atração e retenção dos colaboradores-chave.

ii. Rescisão de contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações, não dá direito a qualquer compensação financeira.

29.2. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Tipo de operação	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
Disponibilidades		146.768	99.637
Aplicações em operações compromissadas		9.922	17.511
Derivativos (1)	até 15/10/2042	1.844.666	2.949.740
Outros ativos financeiros	4/1/2022	863.619	-
	5/1/2021	-	613.616
Outros ativos (2)	17/1/2022	63.417	-
	15/1/2021	-	55.057
Total ativos		2.928.392	3.735.561
Passivos			
Depósitos		(589.582)	(459.918)
Captações	4/1/2022	(3.197.006)	-
	5/1/2021	-	(2.058.902)
Derivativos (1)	até 16/10/2045	(527.384)	(674.358)
Outros passivos financeiros	5/1/2021	-	(207.849)
Dividendos a pagar		(14.836)	(16.830)
Outras obrigações		(1.312)	(1.809)
Total passivos		(4.330.120)	(3.419.216)

(1) As taxas aplicadas nos instrumentos financeiros derivativos são diversas e foram negociadas conforme cada tipo de operação e vencimento na data da contratação de acordo com as taxas aplicadas junto aos demais clientes e mercado.

(2) O saldo dos Outros ativos, decorre substancialmente e reembolsos a receber de partes relacionadas.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

Perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros do Banco:

Ativo	31 de dezembro de 2021				
	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Disponibilidades	146.820	-	-	-	146.820
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Reservas junto ao Banco Central do Brasil	366.652	-	-	-	366.652
Aplicação em operações compromissadas	-	14.502.896	-	-	14.502.896
Mantidos para negociação	-	41.666	1.275.972	1.862.119	3.131.767
Disponíveis para a venda	18.014	-	9.266	103.584	399.860
Mantidos até o vencimento	-	199.958	-	-	199.958
Derivativos	-	1.291.635	854.137	875.986	566.734
Operações de crédito	-	170.173	99.240	121.699	393.088
Carteira de câmbio	-	1.646.121	-	-	1.646.121
Outros ativos financeiros	-	895.108	143.646	80.534	-
Total	531.486	18.747.558	2.382.261	3.043.922	4.491.449

Passivo	31 de dezembro de 2021				
	Sem vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos	(1.425.913)	(1.998.757)	(439.350)	(498.573)	(7.755.967)
Captações	-	(3.197.006)	-	-	(3.197.006)
Derivativos	-	(1.318.756)	(1.723.383)	(2.775.912)	(1.477

...continuação

BANK OF AMERICA

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

CNPJ nº 62.073.200/0001-21

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America zelar pela qualidade das Demonstrações Financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do exercício foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria

Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;
- Avaliação da efetividade dos sistemas de Controles Internos da Instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Bank of America.

São Paulo, 25 de março de 2022.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Existência e mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros (Notas 2.3, 3.1, 6, 9 e 27)

Uma parcela substancial dos instrumentos financeiros é composta por títulos públicos mantidos para negociação e derivativos, mensurados a valor justo.

Esses instrumentos estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia (SELIC) e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Os títulos públicos mantidos para negociação são mensurados com base nos preços divulgados em mercado ativo. Os derivativos, representados principalmente por operações de swap, opções e contratos a termo, são mensurados ao valor justo, com base em modelos internos desenvolvidos pela administração que consideram dados observáveis de mercado.

Dessa forma, a existência e mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros continuam a ser definidas como uma área de foco em nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado aos processos de custódia e mensuração dos instrumentos financeiros.

Testamos a existência dos investimentos em títulos públicos e derivativos por meio do confronto das informações constantes nas posições do Banco com as informações das entidades custodiantes.

Adicionalmente, em relação aos títulos públicos, comparamos os valores utilizados para a mensuração desses investimentos com os preços divulgados em mercado ativo.

Com o apoio dos nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, o recálculo independente da valorização dos derivativos mensurados ao valor justo, utilizando premissas observáveis no mercado.

Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras sobre a existência e mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria

sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2022



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
Contador CRC 1SP212529/O-8

